



PARECER PRÉVIO Nº 46/2017 – TCE – TRIBUNAL PLENO

- 1- **Processo TCE - AM nº 11531/2016.**
- 2- **Assunto:** Prestação de Contas Anual.
- 3- **Órgão:** Prefeitura Municipal de Novo Aripuanã.
- 4- **Exercício:** 2015.
- 5- **Responsável:** Sr. Raimundo Robson de Sá, Prefeito Municipal.
- 6- **Advogado:** Não Possui.
- 7- **Unidade Técnica:** DICAMI e DICOP.
- 8- **Pronunciamento do Ministério Público junto ao Tribunal de Contas:** Parecer nº 2025/2017-MP-ELCM, da Dra. Elizângela Lima Costa Marinho, Procuradora de Contas (fls. 1172/1178).
- 9- **Relator:** Conselheiro Érico Xavier Desterro e Silva.

EMENTA: Prestação de Contas Anual. Prefeitura Municipal de Novo Aripuanã. Exercício de 2015.

Emissão de Parecer Prévio recomendando a aprovação das contas anuais.

10- PARECER PRÉVIO:

O TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DO AMAZONAS, no uso de suas atribuições constitucionais e legais (art. 31, §§ 1º e 2º, da Constituição Federal, c/c art.127, parágrafos 4º, 5º e 7º, da Constituição Estadual, com redação da Emenda Constituição nº 15/95, art. 18, inciso I, da Lei Complementar nº 06/91; arts.1º, inciso I, e 29 da Lei nº 2.423/96; e, art. 5º, inciso I, da Resolução nº 04/2002-TCE/AM) e no exercício da competência atribuída pelos arts. 5º, II e 11, III, “a” item 1, da Resolução nº 04/2002-TCE/AM, tendo discutido a matéria nestes autos, e acolhido, **à unanimidade**, o voto do Excelentíssimo Senhor Conselheiro-Relator, que passa a ser parte integrante do Parecer Prévio, **em consonância** com o pronunciamento do Ministério Público junto a este Tribunal:

- 10.1. **Emite Parecer Prévio recomendando à Câmara Municipal a aprovação** das contas anuais do **Sr. Raimundo Robson de Sá**, da Prefeitura Municipal de Novo Aripuanã, no exercício de 2015;

- 11- **Ata:** 24ª Sessão Ordinária – Tribunal Pleno.
- 12- **Data da Sessão:** 19 de Julho de 2017.
- 13- **Especificação do quorum:** Conselheiros: Ari Jorge Moutinho da Costa Júnior (Presidente), Julio Cabral, Érico Xavier Desterro e Silva e Mário José de Moraes Costa Filho (Convocado).



PARECER PRÉVIO Nº 46/2017 – TCE – TRIBUNAL PLENO

14- Representante do Ministério Público junto a este Tribunal: Dr. Carlos Alberto Souza de Almeida, Procurador-Geral.

ARI JORGE MOUTINHO DA COSTA JÚNIOR
Conselheiro-Presidente

ÉRICO XAVIER DESTERRO E SILVA
Conselheiro Relator

JULIO CABRAL
Conselheiro

MÁRIO JOSÉ DE MORAES COSTA FILHO
Conselheiro-Convocado

CARLOS ALBERTO SOUZA DE ALMEIDA
Procurador-Geral



ACÓRDÃO Nº 46/2017 – TCE – TRIBUNAL PLENO
(parte integrante do Parecer Prévio nº 46/2017 – TCE – Tribunal Pleno)

- 1- **Processo TCE - AM nº 11531/2016.**
- 2- **Assunto:** Prestação de Contas Anual
- 3- **Órgão:** Prefeitura Municipal de Novo Aripuanã.
- 4- **Exercício:** 2015.
- 5- **Responsável:** Sr. Raimundo Robson de Sá, Prefeito Municipal.
- 6- **Unidade Técnica:** DICAMI e DICOP.
- 7- **Pronunciamento do Ministério Público junto ao Tribunal de Contas:** Parecer nº 2025/2017-MP-ELM, da Dra. Elizângela Lima Costa Marinho, Procuradora de Contas (fls. 1172/1178).
- 8- **Relator:** Conselheiro Érico Xavier Desterro e Silva.

EMENTA: Prestação de Contas Anual. Prefeitura Municipal de Novo Aripuanã. Exercício de 2015.

Regularidade com Ressalvas. Multa. Notificação.

9- ACÓRDÃO:

Vistos, relatados e discutidos estes autos acima identificados, **ACORDAM** os Excelentíssimos Senhores Conselheiros do Tribunal de Contas do Estado do Amazonas, reunidos em Sessão do **Tribunal Pleno**, no exercício da competência atribuída pelos arts. 5º, II e 11, III, “a” item 1, da Resolução nº 04/2002-TCE/AM, **à unanimidade**, nos termos do voto do Excelentíssimo Senhor Conselheiro-Relator, **em consonância** com o pronunciamento do Ministério Público junto a este Tribunal, no sentido de:

- 9.1. **Julgar Regular com Ressalvas** a Prestação de Contas do **Sr. Raimundo Robson de Sá**, responsável pela Prefeitura Municipal de Novo Aripuanã, no exercício de 2015;
- 9.2. **Aplicar Multa** ao **Sr. Raimundo Robson de Sá**, no valor de **R\$ 4.400,00**, que devem ser recolhidos na esfera Estadual para o órgão Encargos Gerais do Estado – SEFAZ, pelas improbidades apontadas no Relatório/Voto. O recolhimento deve ser feito, no prazo de **30 dias**, com comprovação perante este Tribunal, nos termos do art. 72, III da Lei nº 2423/96 c/c o art. 169, I, do Regimento Interno deste Tribunal (Resolução nº 04/2002), autorizando a instauração de inscrição do débito na Dívida Ativa e instauração da cobrança executiva, no caso de não recolhimento dos valores da condenação, ex VI o art.173, do Regimento Interno deste Tribunal de Contas;
- 9.3. **Notificar** o **Sr. Raimundo Robson de Sá**, com cópia do Acórdão, relatório/voto, para ciência do feito e interposição de recurso apropriado, caso queira;



ACÓRDÃO Nº 46/2017 – TCE – TRIBUNAL PLENO
(parte integrante do Parecer Prévio nº 46/2017 – TCE – Tribunal Pleno)

- 10- **Ata:** 24ª pauta ordinária – Tribunal Pleno.
- 11- **Data da Sessão:** 19 de Julho de 2017.
- 12- **Especificação do quorum:** Conselheiros: Ari Jorge Moutinho da Costa Júnior (Presidente), Julio Cabral, Érico Xavier Desterro e Silva e Mário José de Moraes Costa Filho (Convocado).
- 13- **Representante do Ministério Público junto a este Tribunal:** Dr. Carlos Alberto Souza de Almeida, Procurador-Geral.

ARI JORGE MOUTINHO DA COSTA JÚNIOR
Conselheiro-Presidente

ERICO XAVIER DESTERRO E SILVA
Conselheiro Relator

CARLOS ALBERTO SOUZA DE ALMEIDA
Procurador-Geral